

REVISTA

FAROL

FACULDADE ROLIM DE MOURA

ISSN Eletrônico: **2525-5908**

www.revistafarol.com.br

Municipalização do ensino: desafios às práticas da psicologia escolar e educacional

Arlete Guth da Costa
Elisângela Sobreira de Oliveira

Municipalização do ensino: desafios às práticas da psicologia escolar e educacional

Arlete Guth da Costa¹
Elisângela Sobreira de Oliveira²

RESUMO: No contexto de atuação do psicólogo no âmbito escolar, deve-se realizar contínuas observações e análises de tudo o que envolve o ambiente no qual está inserido, bem como planejar intervenções e envolver os atores da escola (educadores, pais e alunos) no processo de buscar alternativas e estratégias de ação frente às dificuldades apresentadas durante qualquer processo de mudança. Dentre elas, ressalta-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9.394 de 1996, onde os municípios passaram a ter responsabilidade de ofertar obrigatoriamente o ensino fundamental. Sendo assim, o presente artigo apresentará os resultados da pesquisa realizada em 2013 como trabalho de conclusão de curso em Psicologia à Faculdade de Rolim de Moura-FAROL, que teve por objetivo refletir sobre o papel do psicólogo em políticas públicas educacionais, em especial, na compreensão do processo de efetivação da municipalização do ensino em uma cidade localizada no interior do estado de Rondônia a partir da percepção do secretário de educação e da secretária adjunto. Para tanto, utilizou-se como instrumento uma entrevista semiestruturada elaborada a partir do trabalho de Soares (2005), tendo como método de análise a abordagem qualitativa de natureza descritiva. De acordo com a análise dos dados, observou-se que mesmo após dezesseis anos de alteração na legislação, o município pesquisado ainda não apresentava estrutura para atender todo o ensino fundamental. Deste modo, este processo acontecia naquele momento de forma imposta e sem nenhum planejamento, o que acarretou desestrutura em todos os setores envolvidos, trazendo reflexões sobre o papel do psicólogo escolar.

Palavras-chave: Psicologia Escolar e Educacional. Municipalização do ensino. Políticas Públicas Educacionais.

Municipalisation of teaching: challenges to the practices of school and educational psychology

ABSTRACT: In the context of psychologist's action in school scope, should be done continuous observations and analyses of everything that surrounds the environment in which it is inserted, as well as planning interventions and involve the school's actors (educators, parents and students) in the search process of alternatives and strategy's in front of difficulties that appears during any changing process. Amongst them, stands out National Education Guideline and Bases Law – 9.394/1996, in which the cities are now obligatory responsible to offer elementary education. Therefore, this article presents the results of a Psychology's graduation work done in 2013 to FAROL – Faculty of Rolim de Moura, whose objective was to reflect about the psychologists role in public educational policies, especially in understanding the process of implementation of the Law above mentioned in a city located at Rondônia interior, from the perception of educational's assistant secretary. Thus, a semi-structured interview elaborated from Soares (2005) work was used as instrument, having as analysis method the qualitative approach of descriptive nature. According to data analysis, it was observed that even after sixteen years of legislation's changing, the researched city still didn't have a structure for attend to all elementary education. In this way, until that moment the process was happening forced and unplanned way, which led to a lack of structure in all sectors involved, bringing reflections about the role of school's psychologist.

Keywords: School and Educational Psychology. Education's municipalization. Public Educational Policies.

¹Bacharel em Psicologia pela Universidade Paranaense – UNIPAR; Mestre em Psicologia com ênfase em Psicologia Escolar e Processos Educacionais; Docente no curso de Psicologia da Faculdade de Rolim de Moura – FAROL; Atua como Psicóloga no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. E-mail: arlete_guth@hotmail.com.

² Bacharel em Psicologia pela Faculdade de Rolim de Moura - FAROL, Especialista em Metodologia e Didática do Ensino Superior pela Faculdade de Rolim de Moura – FAROL. E-mail: elisangela.oliveira@farol.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

A psicologia escolar e educacional trouxe discussões e questionamentos sobre o funcionamento de políticas públicas em educação e seus reflexos no processo de escolarização a partir da década de 1980. Para Patto (1981) o objetivo da psicologia escolar deve envolver o planejamento de programas educacionais, para que através da aplicação de conhecimentos psicológicos, este auxilie no aumento da qualidade e na eficácia do processo educacional.

Sendo assim, do ponto de vista acadêmico, a psicologia escolar e educacional apresenta-se como discussão recente no contexto de políticas públicas. Essa discussão só tem sido possível na medida em que se proporcionou reflexão sobre as práticas profissionais e a Psicologia Escolar passou a ser questionada na sua finalidade e significado (SOUZA, 2011).

Nesse processo de questionamento compreende-se que ocorreram e vem ocorrendo mudanças significativas no setor de políticas públicas, que conseqüentemente influenciam e muito as práticas profissionais dos psicólogos.

Em observações realizadas no ambiente de estágio supervisionado em psicologia escolar no primeiro semestre de 2013, percebeu-se a angústia de alguns professores frente a esta situação, pois o município pesquisado, de acordo com estes professores, iniciou o processo de municipalização do ensino, no ano de 2013, passados dezessete anos da criação da LDBEN/96. Diante deste contexto, impulsionou-se a efetivação de uma pesquisa como esta, frente a atual situação enfrentada pelo município em questão. Deste modo, buscou-se averiguar sobre o papel do psicólogo escolar inserido no processo de municipalização do ensino fundamental, na perspectiva dos representantes do ensino. Além disso, buscou-se responder quanto a percepção destes no que se refere a prática do psicólogo escolar, a fim de discutir sobre a prática desta ciência junto as políticas públicas da educação.

Entende-se que realizar pesquisas voltadas para a atuação do profissional de psicologia em políticas públicas da educação possibilita a compreensão e reflexão dos campos de atuação dos psicólogos, da identidade dos psicólogos brasileiros, bem como de perceber a serviço de quem e para quem estaria a psicologia escolar.

Como vimos, dentre as modificações mais significativas que ocorreram no contexto da educação este trabalho visa destacar a legislação que promoveu a municipalização do ensino fundamental. Deste modo, a implementação do processo de municipalização impulsiona a participação do psicólogo na educação e, portanto, compreender a Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional - LDBEN, faz-se necessário. Sendo assim, o primeiro tópico deste artigo irá esclarecer aspectos desta normativa a fim de elucidar a legislação vigente e as alterações propostas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9.394/ 26 de dezembro de 1996

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), criada em 1996, teve por finalidade garantir a educação escolar vinculada à prática social, a fim de assegurar os processos formativos do indivíduo, bem como “[...] o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1996, não paginado). Deste modo, sendo a educação dever da família e do Estado, estes devem se organizar para garantir a efetivação deste direito.

Assim no art. 8 da LDBEN, ficam distribuídos que “A união, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.” (BRASIL, 1996, não paginado).

Desta maneira, tornar-se responsabilidade do Estado a função de oferecer com prioridade o ensino médio e assegurar o ensino fundamental. Entende-se perante a legislação vigente que este, juntamente com os municípios, devem organizar-se frente as responsabilidade com a população e as formas de colaboração. Sendo assim, determinou-se por meio deste documento que a efetivação do ensino fundamental é de responsabilidade dos municípios, conforme o inciso V do art. 11 da LDBEN:

Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com **prioridade o ensino fundamental**, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidos plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1996, grifo nosso, não paginado).

Neste contexto, os municípios contariam com o apoio do estado para suprir as necessidades frente à educação, porém passa a ser de sua responsabilidade oferecer um ensino fundamental com qualidade. Deste modo, desde 1996 a municipalização do ensino é prevista, sendo dez anos o prazo para efetivação desta normativa.

Assim, os municípios teriam até o ano de 2006 para preocupar-se com remanejamentos e a

transição progressiva das séries, a fim de que ao final o ensino fundamental estivesse todo sob sua responsabilidade. Para isto, seria necessário aumentar os investimentos na educação, especialmente preparando os profissionais envolvidos e na adequação dos métodos de ensino. Diante disso, surgem na literatura diferentes opiniões e interpretações frente ao processo de municipalização do ensino, que serão abordados no próximo item deste artigo.

2.2 Municipalização do Ensino

Anísio Teixeira foi um dos primeiros pesquisadores a falar sobre a municipalização do ensino. Em 1957, apresentou sua tese no Congresso Nacional de Municipalidades, propondo um plano entre os municípios, estados e a união. Sua proposta era de colaboração frente ao ensino primário, defendendo que este, tornando-se responsabilidade municipal, faria com que os professores e gestores do município deixassem de se sentirem os estranhos e passassem a ser vistos como parte integradora e responsável dentro da comunidade (OLIVEIRA, 2008).

Azanha (1991) defende a ideia de municipalização, pela ótica de que, quando o município tem por obrigação o oferecimento do ensino fundamental, este terá a oportunidade de manter e refletir as tradições locais, possibilidades e particularidades de cada município, ao invés de apresentar um currículo de mentira, muitas vezes imposto pelos conselhos federais e estaduais. “Por isso, a municipalização do ensino precisa, antes de qualquer outra providência, constituir-se numa mobilização social intensa e sistemática na defesa da escola pública.” (AZANHA, 1991, p. 67).

Deste modo não caberia somente à atribuição deste ensino a escola, mas sim, que toda a população e autoridades, pensassem neste processo de municipalização como uma oportunidade para investir na educação local.

Mas, realmente fundamental, para que a municipalização do ensino não seja um projeto utópico e nem uma retórica a serviço de interesses que nada têm a ver com ensino, é necessário que principiemos a discussão do assunto com a idéia de que a municipalização só é defensável se puder contribuir para a melhoria do ensino, como queria A. Teixeira. Nesse sentido, o passo inicial é municipalizar a preocupação com o problema educacional. Sem isso, tudo o mais é tempo perdido. Não há e nem haverá providência legal que substitua o sentimento coletivo de que é urgente melhorar o nível educativo de nossas escolas. Este é o ponto central do problema (AZANHA, 1991, p. 64).

Assim, Azanha (1991) salienta que é necessária a ocorrência dessa conscientização

frente ao processo de municipalização, pois somente após a consciência de toda a população, será possível observar a mudança de verdade. De acordo com o mesmo, não convém apenas ter o conhecimento de que a municipalização existe e que é, segundo a lei, obrigação dos municípios, mas sim em pensar de que maneira estes conseguirão cumprir a lei e ao mesmo tempo proporcionar ensino de qualidade a todos (gestores, professores e educandos) e contribuir com toda a sociedade em geral.

Diante disto “É preciso - como fez Anísio Teixeira - que indiquemos claramente quais são os problemas que se pretende resolver com uma política municipalista em educação.” (AZANHA, 1991, p. 63).

Neste sentido, Soares (2005) ressalta que:

[...] a definição por implementar o Sistema de Ensino nos Municípios, não deveria ser uma simples formalização legal, como às vezes tem acontecido e, sim, uma decisão que deveria estar balizada por princípios que permitissem tornar a gestão do ensino público mais transparente e participativa, sempre em busca da universalização do acesso e da permanência, visando a ampliação da oferta e da qualidade do ensino oferecida a toda a população, garantindo assim, o direito à educação (p. 14).

Deste modo, em realização de um estudo no estado do Paraná, Soares (2005) demonstrou por meio dos resultados, diferentes situações em que se encontra o processo de municipalização do ensino fundamental. Sua pesquisa apresentou três estratégias diferentes utilizadas para efetivar a mudança. Em alguns municípios ocorreu uma discussão ampla com a comunidade, em outros apenas uma reunião por uma comissão pequena com a secretaria e em outros ainda somente a comunicação aos diretores das escolas.

Quando se discute sobre democratização das discussões e decisões políticas, especialmente em políticas públicas educacionais, têm-se a intenção de tornar ativa a participação do cidadão, a fim de que se apropriem do que lhes é de direito, tendo consciência de sua história e das realizações humanas. Deste modo, os sujeitos de direito, tornam-se atores ativos no processo de formação, fator essencial para que as mudanças aconteçam de maneira qualitativa. Entende-se portanto que este seria o principal objetivo da municipalização, tornar possível uma discussão democrática, incluindo todos os atores, ou seja, a sociedade, no processo educacional. (SOUZA, 2005)

Apesar disso, compreende-se que o contexto social, econômico e histórico também deve ser levado em consideração. Desta forma, o exercício da cidadania depende de uma luta constante e permanente entre dominados e dominantes, pois entra em choque com a lógica do

capital, onde o homem é marcado historicamente pela alienação e marginalização, ou seja, deixa de ser sujeito de sua própria história e passa a ser permissivo e dominado. (COUTINHO, 2000)

Neste contexto, faz-se importante a compreensão do papel do psicólogo escolar em políticas públicas, visto que estas mudanças atinge todos os envolvidos no processo de escolarização e é papel da psicologia compreender estes contextos a fim de contribuir com possíveis intervenções. Qual o papel da psicologia em políticas públicas e no exercício da cidadania? É possível atuar no sentido de proporcionar autonomia aos atores da educação? De que forma a psicologia pode contribuir na instrumentalização dos sujeitos para exercício pleno de seus direitos? Desta forma, o próximo item apresenta atualizações no campo da psicologia escolar, principalmente no que se refere a compreensão e participação na discussão de políticas públicas em educação.

2.3 Psicologia Escolar e Políticas Públicas

A psicologia escolar e educacional, do ponto de vista acadêmico, apresenta-se como discussão recente no contexto de políticas públicas. Essa discussão só tem sido possível à medida que se proporcionou reflexão sobre as práticas profissionais e a Psicologia Escolar passou a ser questionadas nas suas finalidades e em seu significado (SOUZA, 2011).

Nesse processo de questionamento compreende-se que ocorreram e vem ocorrendo mudanças significativas no setor de políticas públicas, que conseqüentemente influenciam e muito as práticas profissionais dos psicólogos. “[...] Dentre as mudanças mais significativas, destacamos as medidas legais e políticas que promoveram a municipalização do ensino fundamental e estabeleceram como prioridade, para aplicação de recursos municipais à educação [...]” (CUNHA; BETINI, 2003, p. 43). Deste modo, a implementação do processo de municipalização impulsiona a participação do psicólogo na educação.

No contexto de atuação profissional, no âmbito escolar, o psicólogo deve conhecer o ambiente no qual está inserido, os relacionamentos e condições de trabalho, estando sempre em uma observação contínua. Acolher a demanda e considerar as queixas implícitas e explícitas e com isso, planejar suas intervenções e envolver os profissionais da escola no processo de buscar alternativas e estratégias de ação frente às dificuldades apresentadas durante qualquer processo de mudança (CASELLA, 2004).

De acordo com Meira (2000) independente de qual seja o lugar que o psicólogo

escolar esteja, sua função é assumir um compromisso com a educação, preocupando-se com as questões da escola na tentativa de contribuir direta ou indiretamente através de recursos teóricos e práticos que orientem sua ação. Neste contexto, entende-se que:

[...] o psicólogo não é um “resolvedor” de problemas, um mero divulgador de teorias e conhecimentos psicológicos, mas um profissional que dentro de suas limitações e de sua especificidade, pode ajudar a escola a remover obstáculos que se interpõem entre os sujeitos e o conhecimento e a formar cidadãos por meio da construção de práticas educativas que favoreçam processos de humanização e reapropriação da capacidade de pensamento crítico (TANAMACHI; MEIRA, 2003, p. 43).

Partindo desse pressuposto alguns autores fazem indagações sobre o papel do psicólogo inserido no contexto de municipalização do ensino. Cunha e Betini (2003) em sua pesquisa questionavam, qual seriam os modelos teóricos e práticos, adotados pelos psicólogos educacionais, e que influencia a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tem sobre o trabalho desses profissionais.

Deste modo, referindo-se ao profissional de psicologia Cunha e Betini (2003, p. 43) ressaltam que “compreender o significado da profissão, em suas ações e influências sociais, é uma questão de identidade dos psicólogos desde o momento da consolidação da profissão no Brasil”.

Souza (2011) salienta que em torno da psicologia escolar, gerou-se uma trajetória de questionamentos sobre o papel social desta profissão. Destaca ainda que “se a crítica à Psicologia Escolar tradicional levava-nos a compreender a escola e as relações que nela se constituem a partir das raízes históricas, sociais e culturais de sua produção, mister se fazia pesquisa-la no contexto das políticas públicas educacionais” (p. 231).

Portanto, a partir do pressuposto de municipalização do ensino e da descentralização do poder, Souza (2011) ressalta que esta torna-se uma oportunidade para que a educação se permita ter autonomia para planejar, gerir, implementar e modificar suas políticas educacionais, aprimorando o contexto educacional como um todo. Neste sentido, a mesma autora faz um questionamento frente ao papel deste profissional: “como estudar a escola e suas relações institucionais, pedagógicas, interpessoais sem que se perca a especificidade da construção de conhecimento no campo da Psicologia?” (p. 231).

Questões que se apresentam como frequentes dúvidas para aqueles que se inserem nesse processo. Assim, salienta a necessidade do psicólogo em aproximar-se do contexto escolar, conhecer a escola, nas suas formas, suas estratégias, maneiras, como constituem suas relações, bem como, os processos que norteiam e constroem seu dia-a-dia. Deste modo vem a

ressaltar alguns pontos relevantes no campo de políticas públicas em educação:

[...] a) a manutenção de formas hierarquizadas e pouco democráticas de implementação das políticas educacionais; b) a desconsideração da história profissional e política daqueles que fazem o dia-a-dia da escola; c) a implantação de políticas educacionais sem a necessária articulação com a devida infra-estrutura para sua real efetivação; d) a manutenção de concepções a respeito dos alunos e de suas famílias, oriundos das classes populares, que desqualificam parcela importante da população para a qual estas políticas são dirigidas; e) o desconhecimento das reais finalidades das políticas educacionais implementadas pelos próprios educadores; f) o aprofundamento da alienação do trabalho pedagógico e a busca quase desumana de significado e de sentido pessoal (SOUZA, 2011, p. 236).

Partindo desse pressuposto Souza (2011, p. 236) destaca ainda que:

[...] ao mesmo tempo em que o professor é trazido como elemento fundamental no sucesso de uma política pública, as pesquisas demonstram que esse profissional pouco tem participado da discussão ou de instâncias de discussão do planejamento e da implantação de quaisquer das políticas estudadas.

Deste modo, entende-se que esta realidade pode dificultar a compreensão e real efetivação das políticas públicas como um todo.

Buscando compreender as práticas adotadas pelos psicólogos, Cunha e Betini (2003) em sua pesquisa realizada na cidade de São Paulo, ao entrevistar psicólogas inseridas no contexto de psicologia escolar, observou que várias das entrevistadas, salientaram o desinteresse pela psicologia escolar desde o processo de formação acadêmica, durante a graduação, bem como a falta de uma formação apropriada, que proporcione subsídios para atuação na educação, como também estímulos e caminhos para a escolha desse campo de atuação. Assim salientam que:

Com a inclusão do ensino fundamental nos sistemas municipais de educação, modifica-se o tipo de problema encaminhado aos psicólogos: intensifica-se a pressão para que o psicólogo dê respostas e soluções para os graves problemas escolares herdados do ensino público estadual (p. 46).

Cunha e Betini (2003, p. 48), destacam a necessidade do profissional de psicologia que está inserido no contexto educacional, buscar alternativas que considerem os alunos não como pacientes ou apenas sujeitos, ou até mesmo repetentes, “[...] mas como indivíduos que possam encontrar na escola um local de crescimento, dignidade e respeito humano”. Implementando assim, práticas que favoreçam a construção da psicologia escolar.

Consideramos práticas psicológicas compartilhadas as que visavam a intervir no contexto escolar e social, buscando responder as queixas, não apenas no âmbito de uma ação psicológica sobre a criança vitimizada dessa situação, mas com ações mais gerais voltadas para modificações no ambiente escolar, em parceria com outros adultos envolvidos no processo educacional. Referimo-nos a ações que partiram de uma reflexão crítica das queixas apresentadas e buscaram saídas em conjunto com outros profissionais, explicitando os mecanismos sociais que determinam as condições dos indivíduos (CUNHA; BETINI, 2003, p. 47).

Outro aspecto importante a ser discutido, refere-se à formação acadêmica recebida por este profissional, o interesse inicial, que muitas vezes condiciona o acadêmico durante todo o curso, seja por iniciativa do próprio acadêmico ou por fragilidade do curso. Muitos cursos de formação, no caso, psicologia, apresentam falhas, e por vezes, não abordam aspectos importantes para a prática profissional, principalmente para ações e atuações institucionais, bem como lacunas frente à realidade das políticas públicas de educação e saúde.

Sendo assim, esta pesquisa vem a contribuir, no sentido de ampliar os aspectos norteadores da atuação em psicologia para além do contexto clínico. Deste modo, tem por objetivo conscientizar quanto a importância do envolvimento deste profissional nas discussões que envolvem políticas públicas, auxiliando na implementação de ações que promovam a autonomia social e o exercício pleno da cidadania, especialmente no contexto de educação. Desta maneira, segue a descrição dos aspectos metodológicos utilizados na realização deste trabalho.

3 METODOLOGIA

3.1 Amostra e Instrumentos

O instrumento utilizado, referiu-se a entrevista semiestruturada, realizada com o secretário municipal de educação e secretária adjunta, de uma cidade do interior de Rondônia, que no decorrer no trabalho serão nomeados como Sujeito 1 (secretário municipal) e Sujeito 2 (secretária adjunta) para melhor compreensão do leitor.

3.2 Métodos e procedimentos

Após a apreciação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, realizou-se a coleta de dados. A pesquisa fundamenta-se da abordagem qualitativa, constituindo-se de caráter científico original. Quanto aos objetivos, este trabalho destaca-se como uma pesquisa

exploratória e descritiva, apresentando-se como estudo de caso. O método de abordagem constituiu-se como dedutivo.

Os dados foram coletados na Secretaria Municipal de Educação do município pesquisado, em um local reservado a fim de evitar interferências e manter a ética profissional. Para isto, utilizou-se de um gravador de voz, a fim de manter a fidedignidade das respostas dos entrevistados. A entrevista semiestruturada durou aproximadamente cinquenta minutos, após o término da mesma, as falas dos entrevistados foram transcritas para a análise e discussão dos dados.

O discurso dos participantes foi analisado sobre a perspectiva de códigos de definição da situação. De acordo com Bogdan e Biklen (1991, p. 223) “[...] o objetivo é o de organizar conjuntos de dados que descrevem a forma como os sujeitos definem a situação ou tópicos particulares [...] a visão que os sujeitos têm do mundo e na forma como se veem a si próprios em relação à situação ou ao tópico em causa”. Deste modo, possibilitou ao investigador analisar de forma intuitiva uma ideia sobre a maneira como os indivíduos interpretam aspectos do mundo.

A seguir, estão descritos os resultados da entrevista semiestruturada, sobre a perspectiva dos representantes do ensino do município pesquisado, bem como a análise de dados e considerações finais.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A realização da entrevista semiestruturada teve como objetivo refletir sobre o papel do psicólogo em políticas públicas no contexto educacional, especialmente no processo de municipalização do ensino de uma cidade localizada no interior do estado de Rondônia, a partir da percepção do secretário de educação e da secretária adjunta. Além disso, possibilitou obter resultados específicos da região pesquisada, a fim de conhecer a realidade do município pesquisado no que se refere ao processo de municipalização e a forma como este aconteceu até o momento de realização da pesquisa (ano de 2013).

Observou-se através dos dados coletados por meio da entrevista, que o município pesquisado ainda estava em processo de municipalização do ensino fundamental, ou seja, as mudanças no que se refere a responsabilidade do município sobre o ensino fundamental ainda estavam acontecendo. De acordo com os entrevistados, esse processo havia sido imposto e portanto estava acontecendo sem nenhum planejamento. Destacaram que “o processo de

municipalização não ocorreu anteriormente, por que o estado assumia este compromisso, e então o município se acomodou e não se preparou e de uma hora para outra esses alunos foram parar nas escolas municipais” (Sujeito 2).

Após o conhecimento que o estado deixaria de atender os primeiros anos das séries iniciais, e que o município deveria acolher esta demanda, a secretaria municipal de educação realizou apenas uma comunicação com os diretores da escola para informar sobre o procedimento na hora da matrícula, assim como os pais dos alunos, que só foram informados do procedimento de mudança no ato da matrícula.

Neste contexto, Soares (2005) destaca que em uma sociedade capitalista, as relações de poder, soberania e de dominação predominam, não possibilitando participação ativa de todos envolvidos. Desta maneira, faz-se necessária a reorganização deste método, a fim possibilitar convivência participativa com compromisso ético e democrático.

Esta situação vai ao encontro do trabalho realizado no estado do Paraná e apresentado por meio de pesquisa pelo autor supracitado, que demonstrou diferentes situações em que se encontrava o processo de municipalização do ensino fundamental. De acordo com o autor, em alguns municípios ocorreu uma discussão ampla com a comunidade, entretanto em outros houve apenas uma reunião por uma comissão pequena com a secretaria e em outros aconteceu somente a comunicação aos diretores das escolas. O fato de apenas ter-se realizado a comunicação às escolas, como no caso do município pesquisado, possivelmente causou transtorno e dúvidas frente às mudanças ocorridas.

Os entrevistados salientaram que as escolas municipais não estão preparadas para acolher a demanda desses alunos e não tem espaço físico adequado, o que acarretou em aumento de alunos por turma, além do que é previsto, bem como, contrato emergencial de mais de cinquenta professores só naquele ano. Outro ponto negativo, na perspectiva dos entrevistados, refere-se ao aumento pela procura de transporte escolar urbano, pois este não é oferecido pelo município. Observa-se que a municipalização dificultou o acesso dos alunos à escolas próximas de suas casas, e que dessa maneira, “os alunos invadem os ônibus escolares das zonas rurais, quando estes chegam à cidade, provocando superlotação no transporte escolar, visto que, o município não consegue controlar essa dificuldade” salientou o Sujeito 1.

Conforme os entrevistados, o município conseguiu reforma e ampliação de escolas para o ano de 2014 em regime de colaboração com o governo federal. Salientaram que o município não tinha recursos próprios suficientes para realizar as mudanças necessárias na estrutura física das escolas municipais, necessitando dessa colaboração do estado e do

governo federal, destacando que o governo federal demonstrou ser um grande aliado do município.

De acordo com o art. 8 da LDBEN, ficam distribuídos que “A união, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.” (BRASIL, 1996, não paginado). Nota-se que, essa colaboração aconteceu no município pesquisado.

Outro ponto importante destacado pelos representantes do ensino refere-se ao fato do planejamento realizado pelos governadores, prefeitos e secretários se resumir aos quatro anos de mandato, “não existe um planejamento de administração de longo prazo” destacou o Sujeito 2, o que dificulta no planejamento e direcionamento de uma continuidade de trabalhos a serem realizados pela secretaria e município.

Os entrevistados salientaram que com o processo de municipalização do ensino fundamental, os problemas e as queixas escolares aumentaram. O que vai de encontro ao trabalho realizado por Cunha e Betini (2003), os quais salientam que com o processo de municipalização do ensino, ocorreram mudanças e influências significativas, na demanda encaminhada para os psicólogos, como problemas na alfabetização e dificuldades de aprendizagem. Passando assim, a ocorrer maior reflexão frente ao papel do psicólogo no contexto de políticas públicas. Entende-se que estes encaminhamentos possivelmente ocorrerão para atendimento clínico, o que dificilmente irá trazer reflexos no contexto educacional e nas relações que nela se constituem.

É importante salientar que, de acordo com Souza (2010) a psicologia escolar deve estar inserida no processo de democratização, possibilitando espaços para tornar o sujeito detentor e autor de sua própria história. Deste modo, é preciso:

[...] pensar a escola a partir de seus processos diários de produção de relações, analisando como as políticas públicas são apropriadas nesses espaços e transformadas em atividades pedagógicas, em prática docente, em práticas institucionais, portanto em prática política. (Souza, 2010, p. 136)

Entende-se, conforme aponta Souza (2010), que por trás do discurso político e oficial, existe uma concepção de educação e de sociedade, que neste caso expressa o desejo democrático. Entretanto na prática observa-se o reforço à exclusão e alienação, daí a importância de questionamentos da psicologia sobre este cenário.

Apesar disso, destaca-se que quando a pesquisa foi realizada, constatou-se que “o

município não dispõe de profissionais da área de psicologia, visto que, este profissional tem que ser previsto no organograma do município” destacou o Sujeito 2. Observou-se que os entrevistados, destacaram a prática do psicólogo escolar/educacional na perspectiva de atendimentos clínicos, pois relataram os problemas familiares dos alunos que influenciam no contexto escolar, bem como, o aumento de psicopatologias como depressão e síndrome do pânico por parte dos professores.

Souza (2011) salienta que em torno da psicologia escolar, gerou-se uma trajetória de questionamentos sobre o papel social desta profissão. Observa-se que durante a formação acadêmica, há poucos estímulos ou subsídios que auxiliem na construção de uma atuação crítica, que venha a pesquisar e intervir junto às políticas públicas, o que conseqüentemente pode dificultar a percepção adequada do papel do psicólogo escolar (CUNHA; BETINI, 2003).

Cabe ao psicólogo escolar acolher a demanda e considerar as queixas implícitas e explícitas e com isso, planejar suas intervenções e envolver os profissionais da escola no processo de busca de alternativas e estratégias de ação frente às dificuldades apresentadas durante qualquer processo de mudança (CASELLA, 2004).

Em relação aos professores municipais, os entrevistados salientaram que “os professores estão sim, preparados para receber esses alunos, e o professor é preparado para receber alunos todo início de ano” (Sujeito 2). Nesta fala, observa-se que existe uma possível distorção por parte dos gestores, frente à preparação dos professores, visto que, relatam que os professores estão preparados para ensinar, mas será que estão preparados para compreenderem todo um processo significativo de mudança na educação?

Souza (2011) vem a destacar que ao mesmo tempo em que o professor é visto como fundamental no processo de políticas públicas, este profissional pouco tem sido inserido e participado de discussões e planejamentos nas políticas de educação, o que dificulta a compreensão e real efetivação deste frente a um processo de mudanças significativas, tal como a municipalização do ensino fundamental.

Observou-se que os entrevistados, não apresentam uma ideia ampla do significado da municipalização do ensino fundamental. Estes demonstram preocupação com recursos financeiros do município, sem ampliar os questionamentos quanto às possibilidades que o processo municipalista poderia proporcionar ao município. Teixeira (1957, *apud* Oliveira, 2008) defende a ideia de que o ensino fundamental, tornando-se responsabilidade municipal faria com que os professores e gestores do município deixassem de se sentir estranhos e

passassem a ser vistos como parte integradora e responsável dentro da comunidade, entretanto, se não há participação ativa neste processo, não há conscientização e muito menos a adesão a ideia de democratização do ensino.

Azanha (1991) também vem a contribuir com a ideia de municipalização, destacando que quando o município tem por obrigação o oferecimento do ensino fundamental, este terá a oportunidade de manter e refletir as tradições locais, possibilidades e particularidades de cada município, ao invés de apresentar um currículo de mentira, muitas vezes imposto pelos conselhos federais e estaduais. Observou-se que estas possibilidades não são citadas pelos representantes do ensino do município pesquisado. Deve-se, portanto, municipalizar a preocupação com as dificuldades e problemas educacionais.

Azanha (1991) salienta que é necessária a ocorrência dessa conscientização frente ao processo de municipalização, pois somente após a consciência de toda a população, será possível observar a mudança de verdade. Sendo assim, não convém apenas ter o conhecimento de que a municipalização existe e que é, segundo a lei, obrigação dos municípios, mas sim de que maneiras estes conseguirão cumprir a lei e ao mesmo tempo proporcionar ensino de qualidade a todos, aos gestores, professores e educando, e contribuir com toda a sociedade em geral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados desta pesquisa, principalmente os obtidos por meio das declarações dos representantes do ensino do município pesquisado, pode-se perceber que o processo de municipalização do ensino fundamental, não ocorreu com os objetivos iniciais propostos, mas sim, de forma imposta e sem planejamento, o que possivelmente trouxe resultados não satisfatórios para a educação municipal. Observou-se que os participantes da pesquisa não demonstraram domínio frente ao processo de municipalização, apresentando-se “perdidos” frente às possibilidades de atuação. No contexto de políticas públicas, faz-se necessário a municipalização da preocupação com a educação, para que toda a sociedade sinta-se responsável por uma educação de qualidade para todos.

Diante de todo um processo de mudanças significativas, percebeu-se que o município pesquisado não contava naquele período com um profissional de psicologia inserido naquele contexto, o que possivelmente trouxe reflexões na compreensão e adaptação de mudanças repentinas e impostas. Os representantes do ensino, salientaram a necessidade de um

profissional que pudesse, de maneira direta e indireta, auxiliar a escola e as secretarias municipais a lidarem e se reorganizarem diante de dificuldades que possam surgir, tal qual a municipalização do ensino fundamental. Porém, mesmo que considerando a importância deste profissional, percebeu-se uma visão distorcida no que se refere a prática do psicólogo escolar/educacional, visto que este era considerado na perspectiva de atendimentos clínicos.

Deste modo, deve-se desmistificar a visão de psicólogo clínico no contexto de educação, tanto por parte da sociedade em geral, como também dos próprios profissionais, ainda é uma tarefa a ser desempenhada. Mudanças fundamentais devem ser revistas na necessidade de uma formação adequada, a fim de prepara-lós para atuação no contexto de políticas públicas, inserindo no decorrer da grade curricular de psicologia, maneiras, experiências práticas, bem como, conteúdos teóricos, voltados para a psicologia escolar, que compõem a formação curricular. Ocorrendo a necessidade de investimentos na formação da psicologia escolar, visto que esta se apresenta como campo atual e fundamental no contexto de políticas públicas.

Observou-se, portanto, que os objetivos iniciais da pesquisa foram alcançados, ao possibilitar reflexão frente ao papel do psicólogo escolar inserido no contexto de políticas públicas. As lacunas presentes no desenvolvimento deste trabalho referem-se a poucas pesquisas encontradas na literatura que tratem sobre o assunto municipalização do ensino e a psicologia escolar.

Por se tratar de um assunto atual no município pesquisado, pretendeu-se possibilitar à população direta ou indiretamente a conscientização frente ao papel do psicólogo escolar no processo de municipalização, bem como criar espaços para reflexões a fim de contribuir com a compreensão e adaptação de todos os envolvidos neste processo, visto que os resultados obtidos servirão de instrumento sinalizador para futuras intervenções. O estudo também trouxe contribuições para a comunidade científica, com a finalidade de possibilitar o desenvolvimento de futuras pesquisas na região.

REFERÊNCIAS

AZANHA, J. M. P. Uma ideia sobre a municipalização do ensino. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 5, n. 12, 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n12/v5n12a05.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2013.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto, 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da educação 9.394 de 26 de dezembro de 1996**. Disponível em: <<http://www.pg.unicamp.br/legislacoes/ldb.html>>. Acesso em: 03 mar. 2013.

CASELLA, M. **Estratégias em psicologia institucional**. São Paulo: Loyola, 2004, p.17-36.

COUTINHO, C. N. **Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.

CUNHA, Beatriz Belluzzo Brando; BETINI, Gilmaria . Psicologia e Educação no Contexto das Secretarias Municipais: algumas contribuições para novas práticas. *Psicologia Ciência e Profissão*, São Paulo, v. 23, n.3, p. 42-49, 2003.

MEIRA, M. E. M. Psicologia Escolar: Pensamento Crítico e Práticas Profissionais. In: TANAMACHI, E. R.; PROENÇA, M.; ROCHA, M. L. (Orgs). **Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000, p. 35 - 71.

OLIVEIRA, C. de. A pesquisa sobre municipalização do ensino: Algumas tendências. In: OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. F. **Política e Gestão da Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 75-90.

PATTO, M. H. S. **Introdução a psicologia escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1981.

SOARES, M. A. S. **A descentralização do ensino no Brasil e a implementação dos sistemas municipais de ensino: razões e determinações**. Curitiba, 2005. Disponível em:<>. Acesso em: 20 mar. 2013.

SOUZA, M. P. R. Psicologia Escolar e Políticas Públicas em Educação: desafios contemporâneos. In: MARINHA-ARAÚJO, C. M. (Org). **Psicologia Escolar: pesquisa e intervenção**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação Anísio Teixeira, 2010, v. 1, n 1., p. 129-184.

SOUZA, M. P. R. de. Políticas Públicas e Educação: desafios, dilemas e possibilidades. In: ASBAHR, F. da. S. F. *et al.* **Políticas Públicas em Educação uma análise crítica a partir**

da psicologia Escolar. São Paulo: Casa do psicólogo, 2011, p. 229-243.

TANAMACHI, E. R.; MEIRA, M. E.M; A Atuação do Psicólogo como expressão do pensamento crítico em psicologia e educação. In: MEIRA, M. E.M; ANTUNES, M.A.M. (org) **Psicologia escolar: Práticas críticas.** São Paulo: Casa do psicólogo, 2003, p. 11-62.

Recebido para publicação em junho de 2017

Aprovado para publicação em junho de 2017